



O Convênio de Taubaté e a Economia Cafeeira de Minas Gerais – 1906/1929

Anderson Pires¹

Resumo

O artigo utiliza-se de base bibliográfica para avaliar a importância e o significado histórico da economia agrária de exportação que se desenvolveu em Minas Gerais, na sua principal região produtora no período de vigência da política de valorização cafeeira, a zona da mata mineira. Utilizando instrumentos teóricos analíticos denominados de “Global Commodity Chains” (rede ou cadeia mundial de mercadorias), posiciona essa economia além do contexto regional e nacional em que se desenvolveu, mas também, e, principalmente, no âmbito do mercado internacional. Por fim, regionaliza os seus efeitos e aponta para o surgimento de centros urbanos importantes para o ulterior desenvolvimento regional.

Palavras chave: Economia cafeeira-Minas gerais, História econômica, cadeias produtivas.

¹ Professor de História Econômica na Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora e do Programa de Pós-Graduação (especialização) em História Econômica na mesma faculdade e do Mestrado em História no Instituto de Ciências Humanas da UFJF. É mestre em História Agrária pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). End: Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Departamento de Historia. Campus Universitario s/n São Pedro 36035-010 - Juiz de Fora, MG – Brasil. E-mail: apires@terra.com.br

The Taubaté agreement and the coffee economy of Minas Gerais (1906-1929)

Abstract

This paper, based on literature research, aims to assess the importance and historical significance of the export agrarian economy which was developed in Minas Gerais, in the main producing region during the policy of coffee recovery, the “zona da mata mineira”. Using theoretical analytical instruments known as "Global Commodity Chains" (network or global chain of goods), it is possible to positionate the regional and national economy the international market context. Finally, analyses their effects in the regional area and points to the emergence of major urban centres for further regional development.

Keywords: Coffee economy, Minas Gerais, economic history, production chains

Introdução

Em tempos recentes tem havido um grande esforço de reinterpretação das economias produtoras e exportadoras de café em torno do mundo. Contrariando as antigas teorias do desenvolvimento e dependência (que tinham no Estado Nacional seu ponto de partida mais importante) e deslocando o objeto para as distintas relações que podem se estabelecer entre o próprio produto de exportação, suas estruturas de distribuição e consumo, a abordagem das redes (ou cadeias) globais de mercadorias (“*global commodity chains*”) tem se mostrado uma interpretação de grande potencial explicativo para aquelas economias fundamentadas na exportação de produtos primários².

Assim, é a percepção das formas de organização da produção, sua relação com os agentes e unidades exportadoras e destas com aqueles agentes e empresas responsáveis pela importação, beneficiamento final e consumo do produto, ou seja, componentes e processos que ocorrem “*acima e abaixo do nível do Estado Nacional*”, que vão se constituir como os elementos centrais definidores de uma “cadeia de mercadoria”, devidamente delimitados pela divisão internacional do trabalho (GEREFFI E KORZENIEWICZ: 1994, p. 02).

Concebida desta forma, há uma historicidade implícita no conceito. Como raramente estas redes³ mantêm as mesmas características no correr do tempo, com substanciais modificações desde a estrutura de demanda até a de produção, sua natureza dinâmica é assumida como um pressuposto e, portanto, são consideradas em si mesmas como um *constructo histórico* (WALLERSTEIN: 1994). Para além das variações temporais, evidentes em si mesmas quando pensamos no comércio internacional do café, também ocorrem importantes alterações nos distintos elos dessas cadeias se observarmos sua disseminação no espaço, em um mesmo período, levando em conta a enorme diversidade em que vão se concretizar (ROSEBERRY, GUDMUNDSON e KUTSCHBACH: 1995; SAMPER: 2003; TOPICK e CLARENTH-SMITH 2003).

Também é importante entender a relevância que a abordagem dá aos aspectos organizacionais e institucionais⁴, inserindo a economia

² Para uma análise geral da interpretação ver Gereffi e Korzeniewicz: 1994; Hopkins e Wallerstein: 1994. A rede global do café pode ser vista em Samper: 2003; Topick e Clarenth-Smith: 2003.

³ O conceito foi tomado da sociologia, ressaltando os componentes interdisciplinares da abordagem. Ver Gereffi e Korzeniewicz: 1994, p. 07 ss.

⁴ “Uma cadeia global de mercadoria consiste em grupos de redes organizacionais agrupadas em torno de uma mercadoria ou produto de exportação, articulando firmas,

em seu devido contexto social e antropológico⁵. Assim, a mobilização e organização da força de trabalho, formas de distribuição da propriedade da terra, arranjos de crédito, direitos de propriedade, a presença e importância de unidades familiares (na produção e no consumo), a evolução da demanda nos países consumidores, todos estes elementos emergem e se impõem aos observadores na medida em que delimitamos em toda a sua complexidade histórica os componentes da cadeia de mercadoria do café.

Contudo, um outro aspecto da interpretação tem para nós particular importância. As teorias da modernização e da dependência levaram a generalizações acerca da economia agroexportadora em vários países, dada a colocação da categoria Estado Nacional como o único elemento importante na intermediação destas economias com o mercado internacional. Muitas vezes, era a principal região produtora deste ou daquele país que era considerada “tipificadora” e, desta forma, muitas variações locais e regionais simplesmente desapareciam, enquanto os elementos característicos da região tida como predominante eram tomados como padrão para o conjunto dos países (ROSEBERRY, GUDMUNDSON e KUTSCHBACH: 1995, p. 15-16)⁶.

Ao contrário, a percepção de uma cadeia de mercadorias, em sua insistência em explicar uma estrutura constituída pela trajetória de um produto de exportação desde sua produção até seu consumo final, são os condicionantes locais e regionais que se colocam como ponto de partida. Formas pretéritas de organização da produção, de distribuição e uso da terra, padrões de acumulação de capital, traços culturais, o regime político e estrutura institucional herdados são tomados como elementos explicativos da forma concreta que a rede global da mercadoria vai assumir⁷. Em outras palavras, trata-se de compreender

famílias e estados entre si no interior da economia mundial. Estas redes são específicas, socialmente construídas e localmente integradas, ressaltando a incorporação social da organização econômica.” Gereffi e Korzeniewicz: 1994, p. 01

⁵ Para estas questões ver Roseberry, Gudmundson e Kutschbach: 1995; Stolcke: 1986

⁶ “A indústria cafeeira de São Paulo era o único setor bem estruturado, de peso e dinâmico da economia interna (...)” Holloway: 1978, p. 31

⁷ “Embora a Teoria da Modernização e da Dependência corretamente enfatizem que a natureza do setor exportador moldou os sistemas nacionais que surgiram, impulsos similares não implicam que todas as sociedades viriam a se tornar iguais. Aquele motor não era um molde adaptando todos os participantes como peças de um quebra-cabeças. Relações sociais locais, a História anterior, o legado cultural e o poder político mediaram o impacto da cafeicultura. Desta forma, o estudo comparativo das sociedades cafeeiras é revelador exatamente porque nos permite compreender a amplitude do

como um processo global de acumulação de capital e reprodução econômica, baseado na divisão internacional do trabalho, se configurou *localmente*, ou de entender como algumas regiões específicas foram incorporadas historicamente ao mercado mundial (SAMPER: 2003, 120-121; BRANDÃO: 2001, P. 04).

É a partir destas observações gerais da abordagem das redes de mercadorias que podemos perceber a confluência de várias de suas proposições (muitas tidas como novidades) com outras concepções acerca da natureza das economias de exportação. A observação da relevância de elementos como as características físicas do produto, da organização social da produção, do papel determinante da natureza institucional da economia e do universo local e regional pode ser encontrada já na “antiga” *Staple School* canadense⁸, cuja maior expressão é Harold Innis⁹, e, em sua forma mais elaborada, na teoria dos efeitos de encadeamento de Albert Hirschman (HIRSCHMAN: 1985 e 1989)¹⁰.

Obviamente que não se trata de afirmar uma convergência completa entre estas interpretações. Várias são as nuances e contrastes, envolvendo não apenas confrontos como também superações (CÁRDENAS, OCAMPO e THORPE: 2000, pp. 6-8). No entanto, muitos são os instrumentos e aspectos analíticos compartilhados pelas abordagens. Assim, torna-se difícil avaliar, por exemplo, o impacto das culturas de exportação em estruturas sociais (local e historicamente delimitadas) sem levarmos em conta a noção de efeitos de encadeamento (HIRSCHMAN: 1989). A própria forma em que vão se concretizar vai ser em grande parte determinada exatamente pelo choque entre as tendências que representam a

espaço de atuação de produtores locais e a diversidade de instituições e de relações sociais presentes.” Topick e Clarence-Smith: 2003, 04)

⁸ Ver Neill: 1991, pp. 129-148;

⁹ Drummon: 1998; a relação entre Innis e o “velho” institucionalismo é analisada em Baragar: 1996

¹⁰ De acordo com Topick e Clarence-Smith (2003, p.12): “*Albert Hirschman parte da ‘staple theory’ enfatizando a noção de ‘linkages’.* Diferentes mercadorias têm diferentes efeitos de encadeamento e consequências sociais. Ele reconhece, assim, que o café tem vida e possibilidades próprias, que são inerentes à agronomia e processos de produção mais do que mero resultado da imposição da economia internacional ou de leis econômicas em geral. Desta forma, Hirschman afirma que a natureza da produção e do processamento do café estimulou empreendimentos e o desenvolvimento industrial e não apenas exploração colonial e neocolonial. A natureza do produto, a demanda interna e os efeitos de encadeamento em geral que geram se transformam nos elementos centrais do desenvolvimento econômico e programas governamentais.”

implantação e consolidação da economia de exportação e o ambiente cultural, político e institucional pré-existente. Se lembrarmos a amplitude que o conceito possui, através de suas dimensões políticas (efeitos de encadeamentos fiscais), sociais (encadeamento de consumo) e propriamente econômicas, podemos reconsiderar as articulações entre os universos “micro”, regionalmente determinados, e “macro”, sempre tendo em mente o mercado internacional e a importância das alterações e oscilações na estrutura da demanda que emergem daí.

Também devemos destacar que para um produto com as características de cultivo e de demanda como o café, o enfoque das redes globais de mercadorias se torna particularmente revelador. Considerada uma das primeiras “commodities” efetivamente globais, o café esteve presente desde as origens do mercado internacional, ao menos na forma em que conhecemos hoje. Particularmente sensível às distintas condições de clima e solo, implicando em extremas variações em seu tipo e qualidade, o café sempre esteve sujeito às “percepções subjetivas” de consumidores e comerciantes, variando desde o consumo de luxo até as necessidades básicas (TOPICK E CLARENTH-SMITH: 2003, p. 22), o que torna os aspectos sociológicos e antropológicos de seu consumo especialmente reveladores¹¹.

A longa trajetória do produto no mercado internacional traz com ela importantes elementos para sua análise histórica. Entre eles, um se destaca em especial já que é extremamente elucidativo da posterior expansão da produção e consolidação do consumo em âmbito mundial: a evolução social da demanda e sua incorporação ao mercado de consumo de massa que se constituiu com a estruturação capitalista das economias industriais no núcleo do sistema mundial (JIMENEZ: 1995). Em que pese a importância do café de qualidade média e superior (em particular para os países produtores da América Central e Ásia) as inovações dos transportes, comercialização e beneficiamento vão permitir uma gradual redução dos custos e diminuição dos preços. Desta maneira, já no início do século XIX, há uma firme disseminação social do consumo, com a contínua incorporação da camada de trabalhadores assalariados, para quem a energia e vigor fornecido pela bebida contribuía, em muito, para a disciplina e exploração da força de trabalho¹². A “vida social” desta mercadoria (APPADURAI: 2003)

¹¹ Uma análise geral da antropologia do consumo pode ser vista em Douglas e Isherwood: 2004 e Appaduari: 2003, pp. 3-63; a antropologia do consumo do café foi analisada em Jamieson: 2001

¹² “A reestruturação do capitalismo industrial neste período disseminou o consumo do café. A nova fase da industrialização, com novas tecnologias de energia e produção,

ganharia uma nova dimensão e de uma especiaria de luxo o café havia de se transformar em um produto de consumo popular, cuja incorporação aos hábitos alimentícios da população é inerente à forma de produção e exploração do sistema capitalista

É importante notar o impacto que esta gigantesca expansão do consumo no mercado mundial teve sobre a estruturação da cadeia global cafeeira que temos em mente aqui. Ocorrida principalmente no correr do século XIX e confluindo em particular com as formas de exploração capitalistas, o café tem sido considerado uma mercadoria responsável pela integração de muitas recém independentes nações da América Latina ao mercado internacional, em que pese as experiências anteriores de cultivo ainda no final do século XVIII (ROSEBERRY, GUDMUNDSON e KUTSCHBACH: 1995, p. 3; GREENHILL: 1992, p. 143 ss. e 173 ss.). Na verdade, pode ser considerado um produto da ideologia e prática do livre comércio, constituindo a rede global daí decorrente a primeira que se estruturou na ausência de controle de blocos coloniais ou imperiais. Se o século XIX marca a Era do Liberalismo, não coincidentemente ele pode ser considerado o século do café (SAMPER: 2003, P. 127; ROSEBERRY, GUDMUNDSON e KUTSCHBACH: 1995, p. 10; JIMENEZ: 1995 pp. 39 ss).

Mas, dentro da América Latina, foi a expansão da produção no Brasil a principal responsável, pelo lado da oferta, pelas transformações aqui em pauta. Para termos uma idéia do processo, entre 1820 e 1920 a quantidade negociada no mercado mundial saltou de 90 mil toneladas para 1.600 mil, uma variação de mais de 1.500% no período (ROSEBERRY, GUDMUNDSON e KUTSCHBACH: 1995, p. 03; GREENHILL: 1992, p. 148). A produção brasileira era de 50% da produção mundial em meados do século XIX; no início do século XX correspondia a 5 vezes a produção do mundo reunida (TOPICK E CLARENTH-SMIYH: 2003, p. 31). O país, isoladamente, foi responsável por 80% da imensa expansão da produção ocorrida no século XIX. Foram, assim, as condições em que ocorreu a expansão da cultura da rubiácea no Brasil (com grande disponibilidade de terras e mão de obra escrava, café de baixa qualidade e através de uma forma de cultivo extensivo do solo), que permitiram o declínio dos preços do produto e, portanto, a sua incorporação como parte integrante da

levou a uma crescente homogeneização das classes trabalhadoras quando a mão de obra fabril foi uniformizada. A resultante unidade cultural e reunião de uma grande parcela da população dos Estados Unidos tornou-se o núcleo de um mercado cada vez mais consolidado e ampliado. (...) Jiménez: 1995, p. 41.

reprodução da mão de obra trabalhadora nos países centrais e sua paulatina transformação como “bebida do capitalismo”.

Estabelecidos os parâmetros gerais da abordagem que utilizaremos, bem como do processo de crescimento do consumo no mercado mundial e da importância da oferta brasileira na integração desta rede, é essencial verificarmos como ocorreu o movimento da expansão da produção no país e, a partir daí, localizarmos o significado e importância da produção de Minas Gerais, não só frente a outros estados produtores, mas também em sua evolução e especificidades.

Economias Agro-exportadoras e Variações Regionais: o Complexo Cafeeiro em Minas – 1889/1930

Se a expansão da oferta brasileira é historicamente delimitada, podendo ser considerada como a principal responsável pela integração da cadeia de mercadoria do café, isso não quer dizer que tenha havido homogeneidade nas condições de produção, como tantas análises parecem indicar. Ao contrário, se lembrarmos a ênfase dada pela ótica da rede de mercadorias aos aspectos regionais e locais, poderemos considerar, *a priori*, a existência de inúmeras variantes que ocorrem no âmbito da organização espacial da produção, diferentes condições climáticas e de fertilidade da terra, a localização mais ou menos próxima das redes de canalização comercial para o mercado externo, a melhoria nas condições de transportes, etc.

É desta perspectiva que podemos perceber que, na verdade, a mesma expansão da produção do Brasil ocorreu em distintas dimensões temporais e espaciais, devidamente analisada em alguns trabalhos com os quais convergimos na delimitação regional como espaço privilegiado para pensarmos a economia agroexportadora no país (CASTRO: 1971, cap. 4; MENDONÇA: 1997 p. 04 ss.; MELO: 1993). O sistema de uso extensivo do solo, um dos componentes essenciais da forma em que se organizou a produção (FRAGOSO: 1983), implicava necessariamente na incorporação de terras virgens e no abandono daquelas esgotadas permitindo a percepção intertemporal e interespacial que nos referimos acima. Mais especificamente, poderíamos entender as economias cafeeiras a partir de três tempos e três espaços distintos, mas que ocorrem simultaneamente, incluindo uma área de fronteira, aquela em que o cafezal se encontra consolidado e plenamente produtivo e a área em declínio, com a produção decadente, terras esgotadas e não mais propícias à continuidade da produção (MENDONÇA: 1997 p. 04 ss.).

É curioso entender que esta ótica pode ser aplicada não apenas em análises inter-regionais, mas também intra-regionais e, num certo sentido, na dimensão microeconômica da economia, bastando para isso lembrarmos a diferente tipologia das terras no interior das fazendas e sua devida classificação em pastos, cafezais e matas virgens, estando estas últimas em proporção direta com a própria possibilidade de manutenção da produção (FRAGOSO: 1983). Como no caso das redes, também aqui está implícito no conceito a idéia de variações regionais no que se refere às condições de produção e dinâmica econômica, essencial se quisermos entender seu distinto comportamento frente a alguns fenômenos e processos sociais que caracterizam o período, como a abolição da escravidão, a industrialização e a estruturação de um mercado de trabalho (MENDONÇA: 1997; MELO: 1993).

Já são conhecidas as aplicações desta percepção e a colocação do Oeste paulista como região pioneira e do Rio de Janeiro como área de retaguarda na produção do país (CASTRO: 1971; MENDONÇA: 1997). A nós, aqui, cabe ressaltar a posição que Minas veio assumir neste contexto geral, genericamente como área de produção intermediária, sempre tendo em mente, com o risco de excessivo simplismo, que o mesmo padrão pode ser devidamente aplicado no interior dos espaços aqui delineados, enriquecendo-os como objeto de estudo. Se somarmos a isto a dimensão política e distribuição regional do poder, em especial com o advento da República e com a forma que o federalismo de início assumiu entre nós, podemos avançar em muito no esclarecimento das economias regionais de exportação que se desenvolveram no sudeste do país.

Quando pensada a partir de seu contexto político-administrativo, a região da Mata mineira (aonde se concentrou a grande parte da produção cafeeira de Minas), começa a tomar contornos próprios e boa parte dos aspectos específicos em que se deu sua integração ao mercado mundial ganham nitidez. Se o ritmo da expansão cafeeira lhe garante a diferenciação com os principais estados produtores, é a própria natureza exportadora de sua agricultura que pode ser utilizada como parâmetro diferenciador no contexto mineiro. Inserida em um estado tradicionalmente vinculado com a produção agrícola de mercado interno, do qual ocupa apenas 5% do território (VALVERDE: 1958), a economia cafeeira em Minas destoa do restante do estado e não apenas pelo seu vínculo com o mercado externo, mas também por suas linhas gerais de constituição histórica. Ocorrida principalmente durante o século XIX, do qual herda seus caracteres mais importantes (o liberalismo, a revolução dos

transportes, a industrialização etc.), a evolução da Mata de Minas rompe com a tradição histórica do século XVIII mineiro, no qual, como se sabe, o estado mantém suas raízes mais importantes¹³. A constituição e consolidação da região demonstram nitidamente a existência do “mosaico mineiro”, entendido não apenas pela frágil integração do território de Minas, mas principalmente, pela existência de inúmeros processos de crescimento e desenvolvimento econômicos se concretizando em “...linhas diferentes de tempo.” (WIRTH: 1982, pp. 30-31).

A restrição das condições da expansão do café para o conjunto do estado inviabilizou sua homogeneização em torno da cultura cafeeira, bem ao contrário do que ocorreu em São Paulo e Rio de Janeiro. Mais que isso, deu a Minas uma configuração política particularmente delicada, dada a diferenciação de suas elites, em especial se pensarmos na capacidade e liberdade de intervenção dos governos estaduais na condução da política econômica, principalmente naqueles pontos diretamente relacionados aos interesses do café (impostos sobre exportação, política de imigração, crédito agrícola, os próprios planos de valorização, etc.).

Portanto, se o crescimento da economia cafeeira no país implicou na formação de distintas economias regionais, delimitadas em sua conformação específica no que diz respeito à disponibilidade de recursos, maior ou menor potencial de geração de renda e consumo, diversificação econômica e impulso urbano-industrial, o mesmo pode ser dito em relação à zona da Mata mineira. A rede de mercadoria do café que se estruturou no país entre meados do século XIX e o início do século XX teve na zona da Mata de Minas um importante exemplo de sua variação local e regional e a evolução de sua economia agrícola de mercado externo demonstra bem a complexidade que assumiu o processo geral de constituição do sistema capitalista no Brasil.

Assim, se observarmos especificamente o impacto e a forma em que se deu a incorporação da região ao mercado internacional já podemos vislumbrar alguns componentes fundamentais demonstrativos desta economia de exportação. Longe de representar

¹³ (...) Esta zona é por vários motivos a que, no processo geral de desenvolvimento social e econômico de Minas Gerais, se processou em último lugar. Ela surge com o século XIX, do qual reflete todas as suas características. O liberalismo, a iniciativa privada, a crença no progresso material trazido pela máquina a vapor e pela eletricidade, o ecletismo do estilo arquitetônico e outras manifestações de uma mentalidade com tendência a romper com o estabelecido até o fim da centúria anterior. (...) A zona da Mata é uma ruptura com o passado histórico de Minas Gerais (...).” Pedrosa: 1962, p. 189

um processo homogêneo e retilíneo, foi, na verdade, marcado por continuidades e descontinuidades, rupturas e convergências, assimetrias decorrentes de sua própria posição frente ao contexto geral onde ocorreu a expansão da oferta brasileira. Sua inclusão no território mineiro forneceu-lhe uma natureza interiorana que implicava em uma contradição básica em se tratando de uma economia voltada para as exportações: destituída de uma saída própria para o mar onde pudesse canalizar os fluxos de sua produção, a zona da Mata sempre teve no Rio o seu principal porto de comercialização externa (LIMA: 1981; PIRES: 1993). Além disto, até o final do século XIX, se vinculou ao esquema comercial de exportação e importação que se aí se desenvolveu, com o predomínio do comissário, aqui entendido não apenas como agente comercial, mas também como elemento central nas relações de financiamento existentes na economia (SWEIGART: 1980; FERREIRA: 1977). Criou-se, desta forma, uma assimetria nos fluxos de recursos gerados localmente e que eram absorvidos por uma estrutura de comercialização e de financiamento que se colocava em outro espaço econômico.

Outro elemento importante e cujo funcionamento vai implicar numa assimetria espacial de recursos será a forma como foi idealizada e concretizada a questão da integração do estado e que envolveu a criação e localização da nova capital, Belo Horizonte (BLASENHEIM: 1982). Em que pese a importância de um município como o de Juiz de Fora, um dos principais centros comerciais e industriais do estado, sua proximidade com o Rio de Janeiro inviabilizava sua colocação como capital e pólo de reintegração do território mineiro. As economias exportadoras de café que temos como padrões comparativos aqui (Rio e São Paulo) constituem neste aspecto uma experiência bastante diferente. Uma vez que a disponibilidade de recursos permitiu a expansão da rubiácea para boa parte de seus territórios, mesmo que em períodos distintos, a localização dos centros de decisão político-administrativos sempre ocorreu no interior do espaço destas economias, permitindo um impacto muito maior dos investimentos decorrentes dos impostos advindos do café, reconhecidamente os mais importantes na composição fiscal dos estados cafeeiros. Mesmo que possamos encontrar variações entre ambos os padrões comparativos¹⁴, não deixa de ser relevante perceber suas diferenças com a experiência de Minas Gerais, principalmente quando lembramos a importância que

¹⁴ Digno de nota seria a divisão entre o distrito federal e o estado do Rio de Janeiro (Melo: 1993) e a diferenciação entre espaço portuário de Santos e a capital em São Paulo (Saes: 1996)

estes investimentos públicos poderiam representar para a dinamização de economias regionais (construção de uma infraestrutura urbana, adensamento populacional, a presença de uma burocracia, expansão do mercado regional etc.).

A configuração dos dois pólos do que pode ser chamado de efeitos de encadeamentos fiscais (a base de arrecadação do estado e o destino final dos recursos) encontrou, no caso da economia agroexportadora de Minas, uma concretização bastante singular. A diversidade regional do estado e a ausência de uma integração econômica mais efetiva implicaram, necessariamente, em uma redistribuição dos recursos obtidos predominantemente na região cafeeira (há que se lembrar que uma capital foi construída no período), dissipando uma das principais forças que resultariam em diversificação e dinamismo econômico em especial em seu município mais importante, Juiz de Fora.

A delimitação histórica e regional da zona da Mata como resultado de seu processo específico de integração à economia internacional, merece assim a utilização de instrumentos analíticos que se aproximem o máximo possível de sua realidade. Tomando de empréstimo de alguns autores que têm sobre nossa análise uma visível influência, mas que dos quais nos afastamos em princípio e, particularmente, de sua aplicação concreta, a noção de “complexo cafeeiro” é para nós especialmente reveladora (CANO: 1985; BRANDÃO: 2001).

Idealizado para o estudo da economia cafeeira paulista no período aqui considerado (portanto, essencialmente regional), o conceito tem sido utilizado como parâmetro geral de comparação das economias regionais agroexportadoras e, nesta concepção, quando várias das características próprias daquela economia não são encontradas em outras realidades há uma evidente desconsideração da multiplicidade regional que vimos insistindo nesta análise¹⁵. A utilização de regiões supostamente tipificadoras para a compreensão do conjunto da realidade da cafeicultura no Brasil encontra aqui uma das suas principais expressões e a utilização do termo “paulistocêntricas” para estas interpretações nos parece bastante apropriado (MENDONÇA: 1997, P. 01).

¹⁵ Não que o conceito tenha aí sua única formulação. A própria idéia de um “complexo econômico” é extremamente generalizada (no tempo e no espaço) e sua utilização muitas vezes é confundida com a definição econômica de região. Ver, por exemplo, Brandão: 2001

Esta observação é particularmente válida para o caso da zona da Mata mineira. Quando avançaram para o estudo da região¹⁶, estes autores deixaram uma herança que em grande parte ainda pode ser considerada, por sua grande influência e abrangência, como uma das mais importantes nos estudos acerca da economia regional. Baseados em um grupo de fontes bastante limitado, já que quase exclusivamente de natureza oficial (mensagens de presidente de província, censos, relatórios de secretários do estado, etc.) estes autores caracterizaram a realidade da Mata a partir de um ponto de vista alheio a ela própria, questionável em sua concepção geral, elaboração teórica e instrumentalização empírica.

Insistindo em uma percepção fundamentada em outros núcleos de produção, esta tendência desconsidera a delimitação da região como espaço próprio, uma vez que constituiria apenas uma espécie de “extensão produtiva” da economia cafeeira que se desenvolvera no Vale do Paraíba fluminense, da qual herdara características importantes, especialmente o mesmo ciclo de produção e, portanto, de consolidação e declínio (LIMA: 1981, CANO: 1985). Por outro lado, aspectos importantes da estrutura produtiva da economia da Mata só viriam a agravar sua posição subsidiária com relação àquela do Rio. Se a estrutura comercial da capital do país já se colocava como privilegiada na captação dos recursos originados no interior da região, um regime fundiário marcado pelo predomínio de pequenas e médias propriedades colocaria o produtor mais a mercê dos agentes da comercialização, representados pelos comissários e outras casas comerciais sediadas no Rio. O resultado é a percepção da região como uma estrutura amorfa e sem identidade, impossibilitada de reter recursos em seu espaço próprio e cuja incapacidade de concretização do processo geral de acumulação do capital cafeeiro teria inviabilizado os vetores mais importantes da transição para o capitalismo.

Ao menos duas conseqüências importantes para as análises da economia regional decorrem desta interpretação. Uma, mais geral e que não se reduz apenas a esta tendência, implicou na desconsideração da importância do capital cafeeiro e da cafeicultura local para as transformações que marcam o período, convergindo com algumas análises presentes na própria historiografia mineira que minimizam seu papel na formação histórica do estado e cuja expressão extrema talvez seja sua colocação como uma economia de “enclave” no seio da economia de Minas Gerais (MARTINS: 1980 E OLIVEIRA: 1991).

¹⁶ Ver em especial Lima: 1981 e Cano: 1985; Lana: 1985, Costa: 1978

Outra, mais específica e evidente por si própria, está na inadequação da realidade econômica agroexportadora da Mata ao conceito de “complexo exportador”, uma vez que destituída de seus componentes básicos de diversificação econômica e consolidação capitalista (CANO: 1985; LIMA: 1981).

No entanto, a zona da Mata tem sido objeto de inúmeros trabalhos mais recentes e boa parte das afirmações e explicações acima têm sido questionadas. Retomando aspectos essenciais da economia de exportação regional e utilizando um universo de fontes bem mais amplo, outros têm sido os caminhos apontados por esta “nova” historiografia. Assim, em que pese a eventual importância da presença de pequenas e médias unidades, o regime fundiário se marcou por uma extrema concentração da propriedade da terra (ANDRADE: 1991), redimensionando a natureza da articulação e repartição de recursos entre os representantes sociais da esfera da produção e distribuição e abrindo a possibilidade de retenção de riquezas na própria esfera produtiva da economia regional (PIRES: 1993; ALMICO: 2001). Mais que isso, pesquisas mais detidas sobre as condições da produção cafeeira na região demonstraram uma capacidade de dinâmica bem maior que muitos trabalhos vinham indicando (PIRES: 1993, CAP. 3)¹⁷.

Análises fundamentadas em inventários demonstraram que as terras disponíveis para o cultivo e expansão do café ainda eram bastante significativas no município de Juiz de Fora ainda no início do século XX, o que é particularmente importante tendo em vista o fato de que a cidade é uma das principais representantes de uma área de ocupação mais antiga na região. Longe de compartilhar o mesmo ciclo de produção que marcara a economia agroexportadora do Rio, Minas Gerais possuía um ciclo próprio de cultivo e expansão cafeeira e seu período de decadência e declínio não poderia ser identificado com aquele. O impacto da abolição da escravidão ou da crise dos preços do início do século não surtiu o mesmo efeito e, mantidas a capacidade de dinamização do setor cafeeiro, outro seria o cenário para a ocorrência do processo de transição capitalista na região.

¹⁷ “Por volta de 1920 as melhores terras virgens foram se escasseando; mas, como nessa época os preços do café tornaram-se altamente remuneradores, todas as áreas da fazenda eram aproveitadas, até que praticamente as matas desapareceram e, com elas, os cafezais nosso foram sumindo (...) é praticamente na terceira década do século que a vida rural de Juiz de Fora entra na fase de tristeza e melancolia. E, talvez coincidentemente com a crise universal da época (...)”. Filho: 1973, p. 27

Sendo assim, enquanto a produção de café do estado do Rio caía em importância no contexto do país e na dinamização de sua economia interna, aquela de Minas teimava em manter um comportamento ascendente no longo prazo, ocupando a segunda posição no país já no final do século XIX (PIRES: 1993). O contraste entre os ritmos diferenciados de produção agroexportadora e de compartilhamento de uma mesma estrutura de comercialização e distribuição do café, vai ser particularmente ilustrativa da evolução histórica da zona da Mata.

A partir dela é que podemos vislumbrar que à contínua retração dos agentes comerciais e financeiros identificados com o Rio de Janeiro¹⁸ (uma decorrência necessária da crise da economia escravista com a qual se identificavam), a economia cafeeira da Mata reagiu com um importante processo de diversificação setorial, em grande parte refletindo os benefícios da internalização das condições de dinâmica econômica presentes em seu setor agroexportador. Entre o final da década de 1880 e o início da de 1890 o papel desempenhado pelo município de Juiz de Fora como centro urbano de referência da economia da região iria mudar significativamente. A partir deste período este núcleo urbano vai se colocar paulatinamente como o principal espaço para os investimentos dos recursos decorrentes da produção cafeeira (MIRANDA: 1990). Entre estes, dois merecem atenção especial, uma vez que correlatos à retração das funções desempenhadas pelo capital comercial sediado no Rio.

O primeiro seria o próprio crescimento e consolidação do capital comercial na cidade. Entre 1870 e 1920 o número de estabelecimentos comerciais em Juiz de Fora cresceu cerca de 300%, saltando de 153 para 716, correspondendo a uma média de 5,45% ao ano (PIRES: 2004, CAP. 3; MIRANDA: 1990). Mais ainda, o perfil da estrutura comercial do município demonstra uma presença cada vez mais significativa de empresas atacadistas, correspondendo à sua gradual consolidação como entreposto comercial e não apenas da região da zona da Mata, mas para boa parte do território mineiro. Dentre as empresas atacadistas, as que comercializavam alimentos e gêneros merecem destaque, mas referências àquelas que negociavam com importações (bens de consumo industrializados, máquinas, implementos) são cada vez mais visíveis, ao menos através de anúncios publicados em jornais locais.

No entanto, não deixa de ser curioso perceber que, em sua configuração geral, não são encontradas em número significativo

¹⁸ Para estas questões ver Sweigart: 1980

empresas locais que se dedicavam à comercialização do café, ao menos como atividade especializada. A grande maioria de empresas que se dedicavam ao comércio de café era do Rio de Janeiro e, gradualmente, se assiste a um crescimento da importância de empresas exportadoras estrangeiras, muitas radicadas na própria capital do país. Comerciantes locais de café existem, mas atuam como representantes de casas comerciais maiores e, em geral, com origem externa ao município e região (PIRES: 2004, Cap. 3; GREENHILL: 1992, pp. 187 ss.).

Analisada assim em seu perfil geral, a estrutura e o capital comercial da cidade refletiram suas especificidades como um núcleo urbano de uma região predominantemente agroexportadora, mas restrita à sua dimensão interiorana. No entanto, longe de representar uma “fragilidade”, o capital comercial local assumiu as mesmas funções que desempenhou em outros núcleos agroexportadores, com um importante papel, por exemplo, em iniciativas de investimentos como a industrialização do município, na diversificação da riqueza local (ALMICO: 2001) e na criação de redes de crédito, muitas vezes envolvendo várias cidades da Mata e de outras regiões de Minas.

Mais importante para os nossos objetivos é compreender que estas mesmas empresas foram, desde o final do século XIX, capazes de substituir as firmas comerciais do Rio de Janeiro no suprimento dos bens para as fazendas de café, com a devida concessão de crédito, como a pesquisa sobre a origem dos débitos dos fazendeiros (desta feita fundamentada em inventários) nos tem indicado (PIRES: 1993, Cap. 4). A diversificação urbano-industrial do município, aqui entendida sob a ótica da expansão comercial, pode ser considerada como responsável pelo rompimento de boa parte dos laços comerciais que Juiz de Fora e região vinham estabelecendo tradicionalmente com o Rio de Janeiro. Mais, sua gradual expansão como entreposto comercial demonstra que a cidade chegou a desempenhar para com outros núcleos urbanos da Mata a mesma função que o Rio vinha estabelecendo com ela. A ruptura do elo que articulava a produção local e a esfera de comercialização e distribuição do café durante o século XIX havia se alterado substancialmente

Talvez mais importante ainda tenha sido a surgimento de um sistema bancário na cidade e região (COSTA: 1978; PIRES: 1993 e 2004). Em que pese algumas experiências anteriores, o investimento que resultou na criação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais em 1889 pode ser considerado, neste sentido, como o mais importante (FILHO: 1966; SÁ: 1992; ALVARENGA FILHO: 1987). Com uma

presença marcante de fazendeiros de café entre seus acionistas e destinado a suprir crédito de longo prazo para lavoura cafeeira, o Banco teve desde seu início fortes vínculos com o capital agrário originado na economia de exportação, mais ainda se lembrarmos sua estreita relação com o governo do estado como provedor de recursos para a cafeicultura¹⁹ e a importância desta como base de arrecadação de Minas. Desta maneira, desde sua fundação o Banco teve intensa atuação como instrumento de financiamento agrícola, predominando na oferta de financiamento da lavoura cafeeira local e regional e substituindo o comissário e casas bancárias do Rio de Janeiro que, também até o final do século XIX, mantinham predomínio visível na estrutura de financiamento da economia de Juiz de Fora (PIRES: 2004).

Devemos deixar claro, assim, que foi em grande parte a evolução estrutural interna da economia cafeeira da Mata a responsável pela endogeneização de dois dos principais vetores responsáveis pelo que chamamos aqui de assimetrias espaciais de recursos, um dos componentes mais importantes para entender a forma em que esta região vinha se articulando ao mercado mundial. É a partir daí que começa a se esboçar, do ponto de vista da economia regional, um esquema de circularidade espacial no mesmo fluxo de recursos, uma idéia para nós essencial em sua consideração como um complexo exportador. Também deve ser notado que não foi mera coincidência que este crescente processo de diversificação econômica tenha ocorrido a partir do final do século XIX, em especial a partir da abolição, quando a reorganização social do processo de produção implicara, de uma forma ou de outra, em um processo geral de monetização e mercantilização das relações econômicas.

Dada a presença de condições de expansão da produção cafeeira na Mata e a presença de um núcleo urbano de referência na própria região, estavam garantidos os principais elementos para que as distintas formas em que se concretizaram os efeitos de encadeamento fossem internalizados e canalizados, ao menos em parte, em seu pólo urbano mais importante. O próprio município de Juiz de Fora já vinha desempenhando este papel, tendo em vista sua posição de centro de entroncamento viário quando da expansão e melhoria do sistema de transportes, de início com a rodovia União e Indústria e, posteriormente, com a chegada das ferrovias (BLASENHEIM: 1994; GIROLETTI: 1976). Os efeitos de encadeamento retrospectivos,

¹⁹ Ver especialmente Sá (1992)

determinados pela necessidade de maior eficiência da integração de uma área de fronteira e interiorana à estrutura comercial e portuária do Rio, já vinha tendo na cidade um de seus principais espaços de concretização.

Mais visível ainda seria o processo em que se deu os efeitos de encadeamento de consumo. A compreensão da presença de um ritmo próprio no processo de expansão da produção na região tem permitido análises que dimensionam devidamente a extrema complexidade que assumiram as relações de produção com o fim do escravismo (SARAIVA: 2002). Deslocado do movimento geral de declínio e decadência da produção fluminense, mas ao mesmo tempo bastante distante do dinamismo apresentado por São Paulo, a zona da Mata apresentou relações de produção que se variaram muito em sua organização social, sempre tiveram na remuneração monetária uma característica. Assim, ao seu modo, a economia regional conseguiu construir um espaço social de demanda de bens manufaturados que se constituirá como um dos mais importantes eixos do processo de industrialização de Juiz de Fora, tão intenso que implicou num crescimento de 413% no número de unidades industriais entre 1905, quando possui 45 fábricas, e 1920, quando tem 186 unidades fabris (PIRES: 2004). Neste último ano o número de indústrias em Juiz de Fora era praticamente o dobro daquele que possuía Campinas (91), também um importante centro cafeeiro e interiorano (SEMEGHINI: 1991, p. 77). O complexo cafeeiro local teve no setor industrial um de seus componentes mais emblemáticos e foi responsável pela colocação de seu núcleo urbano como principal centro industrial de todo o estado de Minas Gerais até a década de 1920.

Foram, portanto, os elementos determinantes da transição capitalista na região, concretizados em forças sociais e econômicas conhecidas como efeitos de encadeamento, os responsáveis pelo processo de diversificação econômica que permitem sua colocação como um complexo exportador. Foi através deles que a cidade de Juiz de Fora testemunhou o nascimento, crescimento e consolidação de setores tão importantes como o financeiro-bancário, de agricultura de mercado interno (DESTRO: 2005; SOUZA: 1998), de infraestrutura urbana, transportes, comércio, além do próprio setor industrial. Em outras palavras trata-se de um processo que percebido em seu delineamento geral correspondia a uma gradual internalização das condições de reprodução da economia cafeeira, mesmo que tenha ficado longe de se completar.

No entanto, dada a questão estratégica dos fluxos inter-regionais de recursos para a delimitação histórica da região, mais importante do que a mera presença de distintas atividades econômicas é a inter-relação que vai se estabelecer entre elas que demonstra a existência da “circularidade” de fundos que estamos ressaltando. Aqui entendida como a capacidade de retenção e reaplicação de recursos em um mesmo espaço econômico, a própria diversificação estrutural da economia local indica seu funcionamento. É a partir dela que vemos, por exemplo, a importância das empresas atacadistas da cidade na distribuição da produção industrial local através de suas articulações com centenas de unidades comerciais varejistas que se embrenhavam pelo interior da área rural do município e região; o significado da riqueza mantida nas mãos de fazendeiros e sua aplicação em financiamentos diretos a outros fazendeiros e industriais, constituindo um dos mais importantes agentes sociais na composição da oferta e dinamização do mercado hipotecário; a presença de setores industriais com a maior parcela de produção destinada ao mercado local e regional, incluindo máquinas agrícolas e insumos industriais; ou, por fim, a função estratégica do Banco de Crédito Real não apenas no financiamento agrícola, mas também como fornecedor de crédito de curto prazo para empresas industriais, essencial em um momento em que estas vinham financiando seus próprios investimentos e crescimento por meio de retenção de seus lucros (ALMICO: 2001; PIRES: 2004).

Mas se mantivermos a análise nas condições em que se estruturou este complexo cafeeiro também devem ser destacadas aquelas que evidenciam os limites nos quais se desenvolveu. O entendimento da região sob esta ótica é essencial uma vez que muito de suas especificidades aparecem e sua natureza periférica se revela com nitidez. Sua posição relativa frente ao principal porto de exportação e a destituição de seu espaço urbano como centro político-administrativo do estado não se modificaram com a gradual evolução estrutural da economia regional como um complexo exportador. Apenas estas características já seriam suficientes para demonstrar sua posição periférica no quadro geral das economias cafeeiras do período. Para além destes deve ser lembrado ainda que a participação da produção da região no contexto do país, mesmo que positiva no longo prazo e significativa pelo comportamento da série, esteve muito aquém da mesma participação de São Paulo, a tal ponto que também aqui sua colocação como área de produção marginal pode ser considerada bastante elucidativa (PIRES: 1993, tabela 19, p. 84).

Não que estes elementos demonstrativos da natureza periférica do complexo da Mata tenham rompido com a idéia de circularidade que traçamos. Se houve evasão de recursos pela própria forma como se dava a organização espacial da economia de Minas, isto só ocorreu pela importância que as exportações cafeeiras tinham na composição da base fiscal do estado e, mais, não significa obviamente que sua principal região produtora não tenha recebido recursos. O governo do estado de Minas teve papel ativo em várias circunstâncias cruciais para o desenvolvimento da lavoura cafeeira, incluindo distribuição de crédito, financiamento da construção de estradas de ferro e obras de infraestrutura e, mais importante neste trabalho, na concessão de recursos em diversas ocasiões em que esteve envolvido com os planos de valorização do café.

Também a localização do principal porto de exportação de sua produção fora de seu espaço econômico, se extremamente revelador de sua posição periférica, não altera sua configuração como um complexo, tendo em vista a internalização de parte das funções desempenhadas pela estrutura comercial local e, especialmente, pelo surgimento de um sistema financeiro e bancário próprio. A participação da produção mineira nas exportações realizadas pelo porto do Rio (o segundo porto de exportação cafeeira do mundo), deixa claro sua importância para a estrutura de comercialização e exportação cafeeira dali (MELO: 1993; HOLOWAY: 1978, p. 19), mas quando pensamos nas taxas que eram cobradas a título de comissão (entre 3 a 5% do valor da produção) e as considerarmos como a parcela canalizada para a capital do país, podemos imaginar o que pode ter significado a retração do aparelho comercial do Rio de Janeiro e, ao contrário, como a retenção destes recursos pode ter beneficiado a economia local.

A presença de um espaço regional delimitado, sua colocação em um território político administrativo diferenciado, um ritmo próprio de expansão cafeeira e a internalização de boa parte do processo de diversificação urbano-industrial em um núcleo urbano de convergência localizado no mesmo espaço econômico constituíram para o caso da zona da Mata os fundamentos de um “complexo econômico” original porque periférico e que traçara uma linha única no processo de transição capitalista no Brasil.

Minas e os Planos de Valorização de Café

O Convênio de Taubaté (1906) já foi estudado em vários de seus aspectos, havendo já uma imensa bibliografia que direta ou indiretamente se debruçou sobre ele e os planos de valorização em

geral²⁰. Mas, também aqui, esta produção historiográfica se voltou quase que exclusivamente para a cafeicultura paulista e a posição de São Paulo no acordo, em detrimento de outros estados produtores (MENDONÇA: 1997). Apenas recentemente surgiram trabalhos que respeitaram as especificidades regionais, especialmente Rio e Minas²¹, o que tem feito emergir outros elementos importantes da participação destes estados e reorientando o próprio entendimento do arranjo político-institucional geral que resultou na intervenção do governo no mercado cafeeiro. No caso de Minas Gerais, o maior conhecimento das singularidades e do relativo vigor de sua cafeicultura permitiu explicações mais aprofundadas que destacam novas articulações entre as elites cafeeiras e outras orientações na participação mineira no primeiro plano de valorização (VISCARDI: 2001, cap. 3).

Nossa análise vai privilegiar outros componentes que julgamos importantes na avaliação do impacto que a intervenção brasileira teve em Minas Gerais. Nosso padrão de comparação será principalmente o Rio de Janeiro, não apenas pelas estreitas ligações entre suas estruturas de exportação, mas, principalmente, por estarem ambas fora do núcleo “hegemônico” da expansão da produção no Brasil. Importa, assim, avaliar os efeitos da manutenção de preços artificialmente elevados em regiões com um padrão de acumulação do capital cafeeiro completamente diferente do caso de São Paulo, ou de verificar o impacto do controle de preços naquelas regiões que se colocariam como “retaguarda” do movimento pioneiro, fora do dinamismo do processo paulista, uma lacuna ainda nos trabalhos que lidam com a questão e com o período.

Como enfatiza a abordagem das redes de mercadorias, o entendimento da articulação de regiões produtoras ao mercado mundial através da comercialização de uma commodity específica implica na consideração de suas características físicas e agrônômicas, que vão se colocar como importantes componentes para o entendimento do comportamento deste mercado em sua longa trajetória histórica. Suas grandes alterações de qualidade, sensibilidade à percepção subjetiva e vida social implicaram em uma enorme segmentação de mercado, com o comportamento da demanda variando extremamente entre em função de distintos segmentos sociais (SAMPER: 2003, p.126). Por outro lado, como é notoriamente sabido, o

²⁰ Ver, entre tantos, Bacha: 1992, pp. 15-58; Neto: 1959; Holloway: 1978; Topick: 1987, Cap. 3, Viscardi: 2001

²¹ Ver Mendonça: 1997 para o caso do Rio de Janeiro e Wirth: 1982 e Viscardi: 2001 para o caso de Minas Gerais

café é uma cultura perene, de altos custos fixos, cuja produção demanda 5 anos para se tornar produtiva, o que desde já o torna uma mercadoria cujos fluxos de oferta reagem muito lentamente às variações de preço²². No médio e longo prazo esta característica (conhecida como inelasticidade-preço de demanda) torna o funcionamento deste mercado inerentemente instável, com grandes defasagens entre o aumento dos preços e da produção, que quando chega ao mercado invariavelmente ultrapassa a capacidade da demanda e provoca, por sua vez, longos períodos de quedas dos preços²³.

Assim pensado, não deixa de ser curioso, ou mesmo contraditório, que a “bebida do capitalismo”, inerente e protagonista do apogeu do “laissez faire”, essencial para a disciplina e aumento de produtividade do trabalho, tenha uma “inadaptabilidade natural”, “orgânica”, ao funcionamento do mecanismo de mercado, em especial em sua constituição histórica específica no período do “mercado livre”, por definição, fundamentado na liberdade de atuação dos agentes e das forças de oferta e demanda na determinação dos preços (ROSEBERRY, GUDMUNDSON e KUTSCHBACH: 1995, p. 11).

Mais ainda quando lembramos que se por suas características físicas e agrônômicas o café mal se adapta ao mecanismo de mercado, o mesmo não se aplica ao comportamento dos agentes sociais de sua produção, que mediante qualquer estímulo de alta de preços reagem imediatamente com a expansão da área de cultivo, seja pela ocupação de áreas internas às fazendas ou de novas fronteiras abertas. Desnecessário dizer que, nas condições de oferta de recursos que possuía o país, este fato só viria agravar a instabilidade que caracteriza o funcionamento do mercado global do café no período.

A evolução e desenvolvimento do mercado internacional para esta mercadoria são, assim, marcados por grandes oscilações decorrentes da própria natureza do cultivo da planta (NETO: 1956 E BACHA: 1992). Desconsiderando as fases iniciais das origens e consolidação deste mercado (quando houve substanciais alterações entre as principais regiões produtoras mundiais), em torno da década

²² Ver, entre tantos, Bacha (1992); Neto (1956); Topick e Clarenth-Smith (2003); Holloway: 1978 especialmente Cap. 2, Machione Saes: 1997.

²³ “um período de preços altos estimularia a produção por vários anos até que a oferta reagisse planamente; e, tão logo os cafezais começassem a produzir, haveria a tendência à superprodução, pois seria necessário um longo período de preços inferiores aos custos diretos para que os produtores decidissem abandonar seus investimentos” Machione Saes: 1997, p. 51

de 1840 o Brasil firma sua posição de principal produtor mundial. A partir daí, responsável já por cerca de metade da produção do mundo, o Brasil passava a internalizar uma parte importante dos imensos recursos envolvidos com a comercialização do café no mercado internacional e, portanto, a se colocar como um importante elo da articulação produção/distribuição/consumo da rede mundial da *commodity* cafeeira. Assim, boa parte dos ganhos decorrentes do aumento dos preços que ocorre desde meados do século XIX até a década de 1890 e do imenso crescimento da produção havia sido realizada em condições brasileiras. A concentração da produção mundial do café em um único país, na proporção em que ocorreu, terá implicações óbvias na trajetória histórica e desfecho desta rede de mercadoria no período aqui considerado.

Em outras palavras, a imensa disponibilidade de recursos, a desigual mas efetiva solução do problema da mão de obra no pós-abolição e a incompleta incapacidade dos aparelhos de estado em controlar as decisões de ampliação de cultivo por parte dos fazendeiros fez com que, já no fim do século XIX, se estabelecesse uma das piores crises de superprodução que o país iria sofrer, resultante de uma enorme defasagem (desta feita única porque sistêmica) entre o fluxo da oferta e a evolução da demanda do produto no mercado mundial. Ao crescimento dos preços do produto no mercado externo, somou-se uma crise monetária e cambial no principal país produtor, ampliando mais ainda os preços internos do produto e provocando um aumento, por exemplo, de 264% nas exportações de café de Minas Gerais entre 1890 e 1897 (COSTA: 1978, p. 245). Se a depreciação cambial que o país sofreu no início da década de 1890 não foi importante para região de ocupação de fronteiras do oeste paulista (que teve no fluxo de imigrantes um fator de depreciação salarial e ampliação dos lucros²⁴), ela teve um papel essencial naquelas áreas que compunham a retaguarda do movimento de expansão, com menor fluxo de trabalho imigrante, menor produtividade média e condições de custos relativamente mais altas²⁵.

A crise dos preços do café que se inicia em torno de 1896 possui assim um significado histórico especial para aqueles interessados na história econômica e social do café e já foi estudada nos diversos aspectos em que se desenvolveu e em suas conseqüências mais

²⁴ Ver em especial Bacha: 1992, p. 26

²⁵ Topick estima um crescimento de 15% dos lucros nas áreas de terras cansadas e de 25 a 35% nas de terras novas com o controle de preços. Ver Topick: 1987, p. 105

importantes. Marca, como afirma um economista, a origem de todo o problema cafeeiro que o Brasil sofreria até meados do século XX (NETO: 1956). Para os objetivos que temos aqui basta entender que, por seu impacto, extensão e instrumentos que foram idealizados para seu manejo, foi se tornando paulatinamente claro que, no caso de um produto como o café, o simples funcionamento das forças do mercado era completamente insuficiente para uma distribuição mundial da produção com preços razoavelmente equilibrados e que a presença da instância regulatória do estado era imprescindível.

Neste sentido, o convênio de Taubaté, talvez, apenas tenha sido o resultado inicial de uma série de intervenções que não deixam de revelar a gradual consciência por parte das elites e a conseqüente reação institucional do governo a este fato (HOLLOWAY: 1978; TOPICK: 1987). A forma em que estas intervenções foram executadas (basicamente através do controle do fluxo da produção e conseqüente melhoria dos preços) reconhecidamente geraram as mesmas condições que justificaram sua implementação e esta “profecia auto-realizável”, uma vez que foram todas bem sucedidas, fornecem uma perspectiva para a transformação paulatina dos programas de valorização em políticas de confronto do país com outros grupos sociais e setoriais (em geral estrangeiros) conflitantes na distribuição dos ganhos da rede mundial cafeeira do período²⁶.

A valorização de 1906 foi, assim, um marco indelével na evolução da cadeia de mercadoria do café que se estruturou entre meados do século XIX e o início do século XX²⁷. A partir dela alterou-se significativamente as condições do comércio internacional, dando início a um outro período na evolução geral do mercado para a *commodity* cafeeira. A partir de então, na iminência de um desequilíbrio, os preços seriam artificialmente elevados e o impacto destas mudanças nas distintas regiões produtoras do país alteraria em muito o seu curso futuro. Novamente, aqui, cabe-nos destacar as articulações e correlações existentes entre os padrões e mudanças ocorridas entre as macroestruturas representadas pelo mercado

²⁶ Neste sentido é importante notar a reação do governo norte americano aos planos de valorização do café. Ver Pendergrast: 1999; Roseberry, Gudmundson e Kutschbach: 1995. p. 45

²⁷ Topick afirma que a intervenção do governo sobre o mercado de café caracterizou o mercado mundial mais do que qualquer outra mercadoria (Topick e Clarenth-Smith: 2003, p. 46). Rowe, economista norte-americano, também afirma em um trabalho de 1932: “O café brasileiro tem sido sujeito ao controle artificial de uma forma mais deliberada, profunda e prolongada do que qualquer outra matéria-prima importante.” Apud Id. id. p. 406

internacional e as microestruturas representadas pela distribuição espacial e regional da produção no Brasil.

Como nossa intenção é marcar as variações entre regiões que são tomadas neste momento da análise como áreas satélites e declinantes (Minas Gerais e Rio de Janeiro), devemos esclarecer que se temos considerado até este momento as condições da economia cafeeira do Rio de Janeiro genericamente como decadentes, isto se deu pelo fato de termos abstraído as condições internas dos principais espaços agroexportadores que temos como parâmetro. Neste momento final da análise, cabe retomar a idéia do desenvolvimento cafeeiro em três tempos e espaços e aplicá-lo no interior das regiões aqui em pauta. Desta perspectiva outras realidades surgem e a decantada “decadência” da cafeicultura fluminense pode assumir a natureza de um processo histórico (MELO: 1993).

Trabalhos recentes têm demonstrado uma grande complexidade neste processo de decadência, quando percebido numa trajetória de longo prazo, não estando ausentes a manutenção do dinamismo econômico típico da produção cafeeira (através dos efeitos de encadeamento) decorrente do crescimento da produção em algumas regiões e a conseqüente dinamização das economias que lhe são próximas. A percepção dos sistemas agroexportadores pela ótica dos três tempos e espaços, quando aplicada em análises intra-regionais do estado do Rio revelou a existência de terras intermediárias e mesmo de fronteiras que implicaram em crescimento da produção nas suas respectivas áreas de influência (MELO: 1993).

No entanto estas áreas não foram suficientes para reverter a tendência geral de queda da produção do conjunto do estado (como demonstram várias séries)²⁸ e, se foram importantes para a manutenção da estrutura comercial, financeira e portuária especificamente vinculada ao comércio do café, não impediu a tendência de atrofia de seu famoso “capital comercial cafeeiro”. A manutenção de preços artificiais para o café de qualidades inferiores, uma vez superado o impasse político de sua inclusão ao esquema de valorização não foi suficiente para reverter o curso do complexo cafeeiro da economia fluminense, que teve, como se sabe, na

²⁸ “Mesmo considerando a elevação dos preços do café promovida pela retenção dos estoques iniciada em 1909, tal benefício deve ser relativizado em se tratando de uma área de retaguarda cafeeira, uma vez que diante de condições de produção e produtividade tão díspares, os mesmos preços responsáveis por lucros consideráveis em zonas consolidadas, permitiram, tão somente, a sobrevida do café no Rio de Janeiro.” Mendonça: 1997, p. 10

diversificação agrícola e na posição da cidade como capital e centro portuário do país a base de uma evolução que, percebida como um todo, esteve longe de um processo de declínio ou decadência (LEVY: 1994).

Outro é o contexto quando analisamos a evolução e distribuição espacial da expansão cafeeira na Mata mineira. Em sua área sul, onde se deu o início da produção na região, a posição relativa ao porto de exportação e a conseqüente elevação dos custos dos transportes, em que pese a existência de inúmeros produtores, fez com que a integração produtiva da região à zona Rio só se efetivasse de fato a partir de meados do século XIX, quando do início do processo de melhoria do sistema de transportes. Este aspecto deve ser ressaltado uma vez que provocou uma “defasagem” entre o ciclo geral de produção de ambas as regiões, o suficiente para fornecer-lhes ritmos diferenciados no processo geral de expansão da produção agroexportadora no período, visivelmente perceptível nas séries de produção de ambos os estados (PIRES: 1993)²⁹. Para efeitos ilustrativos, podemos dizer que se a produção do Rio de Janeiro atingiu o montante de 1 milhão de arrobas ainda na década de 1830, Minas Gerais só atinge este montante na década de 1860; em 1885 a produção do município de Barra Mansa, isoladamente, correspondia a 85% de toda a produção da província de Minas (PIRES: 1993, P. 106).

A percepção da instância micro, local e regional, desta cadeia global de mercadoria quando aplicada à zona da Mata não é apenas reveladora como também contrastante com todos os outros casos. Se sua área de incorporação mais antiga ocorrera na forma como se deu (uma decorrência da posição da região em relação ao pólo exportador), a zona da Mata ainda conseguiu sustentar um processo de expansão produtiva que estenderia por suas áreas mais ao centro e ao sul, de incorporação relativamente recente uma vez que o fechamento da fronteira na região só vem ocorrer no início do século XX. Se levarmos em conta as características físicas, agrônômicas e de vida útil da planta, estas condições permitiram um ciclo geral de produção que pode ter perpassado a crise de 1929.

Não é assim surpreendente que Minas Gerais ultrapasse o Rio de Janeiro como segundo produtor do país já na década de 1890, mantendo um ritmo de crescimento que acompanha o do país (PIRES: 1993). Os esquemas de valorização do preço do café encontraram em Minas um cenário bastante diferenciado e seu impacto determinou

²⁹ Ver em especial tabela 24 p. 97 e tabela 25, p. 99

uma outra trajetória para a economia agroexportadora de Minas. Neste cenário historicamente único, o controle artificial dos preços permitiu uma espécie de “recuperação agroexportadora” que foi vital na dinamização dos mercados locais e dos circuitos que envolviam a constituição do complexo cafeeiro regional. A manutenção dos fluxos de renda decorrentes das exportações cafeeiras da zona da Mata permitiu a dinamização de toda a estrutura econômica que lhe estava associada e garantiu a ocorrência do processo de transição capitalista na região no que ele mantém de específico, local e regionalmente delimitado.

Nossa proposta de entendimento da economia cafeeira de Minas Gerais no período aqui considerado como um “complexo agroexportador” converge completamente com algumas análises mais recentes que valorizam a importância de uma outra perspectiva para algumas transformações gerais presentes na economia brasileira no período. Estas têm sido estudadas a partir de casos paradigmáticos e supostamente tipificadores para o conjunto do país, mas, na verdade se realizam “...em múltiplos processos e movimentos no interior da estrutura produtiva nacional.” (MELO: 1993, p. 02) Sendo assim, são processos que só se realizam em espaços sociais e históricos concretos, cuja dimensão regional e local é inerente ao ponto de vista do observador. Dessa maneira a inserção da região de produção cafeeira de Minas ao contexto agroexportador do país, para ser entendido em todas as suas especificidades, resultou na construção de uma economia agroexportadora extremamente diversificada, em sua constituição estrutural interna, a ponto de construir em torno de seus fluxos de recursos gerados pelas exportações circuitos comerciais e financeiros cujo funcionamento pelo mecanismo de mercado permitirá sua realização em um mesmo espaço econômico; e um ritmo próprio, mas dinâmico a ponto de realizar ainda em seu espaço econômico boa parte das transformações inerentes à transição capitalista. Na configuração que assumiu na economia cafeeira mineira a transição assumiu características únicas.

A ausência do núcleo político de tomadas de decisões e mesmo da infraestrutura portuária no espaço da região não devem ser entendidos, assim, meramente como elementos que venham destituir a região de sua devida identidade própria. Esta condição indica uma trajetória extremamente complexa e que não é senão o resultado da articulação micro/macro para a cadeia global da mercadoria cafeeira quando aplicada ao universo regional. É condição que denota a posição periférica de uma estrutura específica e dinâmica, que exatamente por

possuir esta posição se coloca como de particular interesse para outros estudos e exemplo das variações históricas do processo de constituição do capitalismo no Brasil.

Bibliografia

ALMICO, R. (2001). **Fortunas em Movimento: um Estudo sobre as Transformações na Riqueza Pessoal em Juiz de Fora – 1870/1914**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas.

ALVARENGA FILHO, J. T. (1987). “*Alguns Traços da História Bancária de Juiz de Fora*.” In BASTOS et alii. (1987). **História Econômica de Juiz de Fora**.

ANDRADE, R. (1991). “*Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: O Caso da zona da Mata*”. In **Revista Brasileira de História**, vol. 11, n. 22.

APPADURAI, A. **The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective**. Cambridge University Press.

ARANTES, L.A. (1991). **As Origens da Burguesia Industrial em Juiz de Fora**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói.

BACHA, E. (1992). “Política Brasileira do café: uma avaliação centenária.” In **150 anos de Café**. Salamandra Editorial, São Paulo.

BARAGAR, F. (1996). “*The Influence of Thorstein Veblen on the Economics of Harold Innis*.” **Journal of Economic Issues**. Vol. 30, n. 3

BLASENHEIM, P. (1982). “Uma História Regional: a zona da Mata mineira.” In **V Seminário de Estudos Mineiros**. UFMG/PROEP, Belo Horizonte.

_____ (1994). “Railroads in Nineteenth-century Minas Gerais”. **Journal of Latin America Studies**. Cambridge University Press, 26, 347-374.

BLASENHEIM, P. (1982). “Uma História Regional: a zona da Mata mineira.” In **V Seminário de Estudos Mineiros**. UFMG/PROEP, Belo Horizonte.

BRANDÃO, C. A. (2001). **Uma História da Longa Construção da Unidade Regional: Notas sobre a Natureza da Formação e Integração do Mercado Nacional**. In IV Encontro Brasileiro de História Econômica e 5ª Conferência Internacional de História das Empresas. USP, São Paulo.

CANO, W. (1977). **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. DIFEL, São Paulo.

_____ (1985). “*Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras.*” In **Revista Estudos Econômicos** (1985) São Paulo, 15(2): 291-306, mai/ago.

CÁRDENAS, H., OCAMPO, J.A. and THORPE, R. (2000). **The Export Age: The Latin American Economies in the Late Nineteenth and Early Twentieth Centuries**. Palgrave, New York, 2000.

CASTRO, A. B. (1980). **7 Ensaios sobre a Economia Brasileira**. Forense Universitária, São Paulo. 2 vol.

COSTA, F.N. (1978). **Bancos em Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, 2 vol.

DESTRO, J. A. (2005). **A Transição da Cafeicultura para a Pecuária em Juiz de Fora – 1896/1930**. Projeto de Pesquisa, Plano de Redação e Versão Preliminar de Dissertação de Mestrado. UFF, Niterói.

DOUGLAS, M. e ISHERWOOD, B. (2004). **O Mundo dos Bens: para uma antropologia do consumo**. Editora da UFRJ, Rio de Janeiro.

DRUMMON, I. “*Innis, Harold Adams (1894-1952)*”. In EATWEALL, J., MILGATE, M. and NEWMAN, P. (1998). **The New Palgrave: a dictionary of economics**. Macmillan, London, vol. 2 pp. 857-858

FRAGOSO, J.L. (1983). **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul – 1890/1920**. Dissertação de Mestrado, UFRJ, Niterói.

GEREFFI, G. and KORZENIEWICZ, M. (1994). **Commodity Chains and Global Capitalism**. Prager, Connecticut/London

GIROLETTI, D. (1976). **A Industrialização de Juiz de Fora**. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte.

GREENHILL, R. (1992). “*O Desenvolvimento de uma Firma Familiar, 1842-1876*”. In **150 Anos de Café**. Ed. Salamandra, São Paulo.

_____ (1992). “*Crise e Mudança no Comércio de Café, 1906-1940.*” In **150 Anos de Café**.

HIRSCHMAN, A. (1989). “*Los Eslabonamientos en el Desarrollo Económico.*” In id. **Enfoques Alternativos sobre la Sociedad de Mercado y Otros Ensayos Recientes**. Fondo de Cultura Económica, México.

HOLLOWAY, T. (1878). **Vida e Morte do Convênio de Taubaté**. Paz e Terra, São Paulo.

HOPKINS, T. e WALLERSTEIN, I. (1994). “*Commodity Chains in the Capitalist World-Economy Prior 1800*”. In GEREFFI, G. e KORZENIEWICZ, M. (1994). **Commodity Chains and Global Capitalism**.

JAMIESON, R. W. (2001). “*The Essence of Commodification: Caffeine Dependencies in the Early Modern World*”. **Journal of Social History**. Vol. 35. N. 2.

JIMÉNEZ, M. F. (1995). “*From Plantation to Cup*”: *Coffee and Capitalism in the United States, 1830-1930*.” In ROSEBERRY, W., GUDMUNDSON, L. and KUTSCHBACH, M. S. (1995). **Coffee, Society and Power in Latin America**.

LEVY, M. B. (1994). **A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas**. Ed. UFRJ, Rio de Janeiro.

LIMA, J.H. (1981). **Café e Indústria em Minas Gerais – 1870-1920**. Vozes, Rio de Janeiro.

MARTINS, R. (1980). **A Economia Escravista em Minas Gerais no Século XIX**. Cedepplar/UFMG, Belo Horizonte.

MELO, H. P. (1993). **O Café e a Economia do Rio de Janeiro – 1870/1920**. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro.

MENDONÇA, S. R. (1997). **O Convênio de Taubaté e a Economia Agrícola Fluminense**. In II Encontro Brasileiro de História Econômica e 3ª Conferência Internacional de História das Empresas, UFF, Niterói.

MIRANDA, S.R. (1990). *Cidade, Capital e Poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói.

NEILL, R. (1991). “*The Staple Thesis, 1920-1940*”. **A History of Canadian Economic Thought**., Routledge, New York and London

NETO, A.D. (1956). **O Problema do café no Brasil**. IPE/USP, São Paulo.

OLIVEIRA, M.T. (1991). *The Cotton Textile Industry of Minas Gerais, Brazil: beginnings and early development, 1868-1906*. PhD. Thesis, University College, London.

PENDERGRAST, M. (1999). **Uncommon Gronds – The History of Coffee and How It Transformed Our World**. Basic Books, New York.

PIRES, A. (1993). *Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930*. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói.

_____. (2004). *Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930*. Tese de Doutorado, USP, São Paulo.

ROSEBERRY, W., GUDMUNDSON, L. and KUTSCHBACH, M. S. (1995). *Coffee, Society and Power in Latin America*. The Johns Hopkins University Press, Baltimore and London.

SÁ, A.L. (1992). *Origens de um Banco Centenário*. Edição Comemorativa do Banco de Crédito Real, Juiz de Fora.

MACHIONE SAES, M.S. (1997). *A Racionalidade Econômica da Regulamentação no Mercado Brasileiro de Café*. Anna Blume/ Fapesp, São Paulo

SAMPER K. M. (2003). “*The Historical Construction of Quality and Competitiveness – A Preliminary Discussion of Coffee Commodity Chains*.” In TOPICK, S. and CLARENCE-SMITH, G. *The Global Coffee Economy in Africa, Asia and Latin America, 1500-1989*

SARAIVA, L.F. (2001). *Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora – 1870/1900*. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói.

SEMEGHINI, U. C. (1991). *Do Café à Indústria: Uma Cidade e seu Tempo*. Editora da Unicamp, Campinas.

SOUZA, S. (1998). *Além dos Cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói

STOLCKE, V. (1986). *Cafeicultura – Homens, Mulheres e Capital. Brasiliense, São Paulo*.

SWEIGART, J. (1980). *Financing and Marketing Brazilian Export Agriculture: the coffee factors of Rio e Janeiro, 1850-1888*. PhD. Thesis, University of Texas.

TOPICK, S. (1987). *A Presença do Estado na Economia Política do Brasil de 1889 a 1930*. Ed. Record, Rio de Janeiro.

TOPICK, S. and CLARENTH-SMITH, W. G. (2003). **The Global Coffee Economy in Asia, Africa, and Latin America**. Cambridge University Press.

VALVERDE, O. (1958). “*O Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais.*” In **Revista Brasileira de Geografia**. 20(1) 3-82, jan./mar., Rio de Janeiro.

VISCARDI, C. (2001). **O Teatro das Oligarquias: Uma Revisão da Política do Café com Leite**. Ed. C/Arte, Belo Horizonte.

WIRTH, J. (1982). **O Fiel da Balança: Minas Gerais na Confederação Brasileira – 1889/1937**. Paz e Terra, São Paulo.